



OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS NA REPÚBLICA DA COLÔMBIA: O PLANO COLÔMBIA E SEUS (DE)FEITOS

Autor: Diogo Chaves Leiras dos Santos¹

Coautores: Jhony Davinson Higuera Farfán² e Murilo Maia³

INTRODUÇÃO

A República da Colômbia, localizada à noroeste da América do Sul, é um dos países onde mais ocorre o trágico fenômeno dos deslocamentos forçados, conferindo-lhe também como um dos países com as maiores taxas de migrações internas no mundo (RUIZ, 2011). Este fenômeno muito está relacionado ao conflito interno colombiano que, historicamente, envolve o controle de territórios pelos mais diversos grupos armados, sejam estatais ou não-estatais.

Dos grupos não-estatais se destacam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) que atuam desde a década de 1960. Esses grupos armados, a princípio com ideais de esquerda, surgem em áreas rurais e começam a ser compostas em boa parte por camponeses pobres que lutavam pela defesa de suas terras e uma reforma agrária que garantisse suas permanências e sobrevivências.

Porém, a partir da década de 1980, esses grupos se aproximam do mercado internacional de drogas, em especial através do cultivo da folha de coca para a produção de cocaína. A comercialização desse produto fortaleceu militarmente esses grupos armados e também suas influências por outros territórios. A cocaína tem como maiores consumidores os Estados Unidos da América (EUA) e países da Europa central. O vínculo destas guerrilhas com o cultivo de coca é um dos temas mais complexos na esfera da análise política da Colômbia e muito relevante para

¹ Diogo Chaves é professor, mestre e licenciado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e é integrante do Laboratório de Geografia Regional e de Geografia das Relações Internacionais (LAGERE-GRI) da mesma universidade. Suas investigações têm se atentado às questões relacionadas ao contexto dos territórios da América Latina e do Caribe e, especialmente, sobre as transformações territoriais diante da reincorporação coletiva dos ex-integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) à sociedade civil. Ver mais: <http://lattes.cnpq.br/7343263991146367>. Esse trabalho é resultado da dissertação de mestrado defendida pelo autor no ano de 2024 e que tem como título: “A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano”.

² Jhony Davinson Higuera Farfán é mestrando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/4060413670325104>

³ Murilo Maia é graduando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



compreender as dificuldades dos atuais diálogos de paz⁴.

A ação de expandir os grupos de guerrilha gerou um sangrento choque com os paramilitares que eram contratados por narcotraficantes, e que também contavam com o apoio das Forças Armadas colombianas. Nesse período, por exemplo, as FARC buscavam justiça em respostas aos assassinatos cometidos contra os integrantes do partido político União Patriótica⁵.

Ao final da década de 1990, as FARC e o ELN tornaram-se grupos bastantes expressivos em termos numéricos de armamentos e membros³. E em 1999 foi lançado um projeto de militarização entre os governos estadunidenses e colombiano denominado de Plano Colômbia e que foi executado até o ano de 2015 com a assinatura do Acordo de Paz de 2016. Esse acordo foi assinado pelo governo colombiano de Juan Manuel Santos (2010-2018) e o máximo líder das FARC, Rodrigo Londoño, também conhecido como *Timochenko*.

A dinâmica do Plano Colômbia foi facilitada pelos objetivos que se encontravam no marco da política de “guerra às drogas” devido ao fato de que as guerrilhas armadas de esquerda na Colômbia foram consideradas como parte da engrenagem do tráfico internacional de drogas, cujas ações foram classificadas como terroristas. Esses grupos armados foram convertidos em objetivos militares dos EUA sem direito de negociação. O Plano Colômbia tinha como um de seus pilares, além de combater os grupos de guerrilhas de esquerda, a fumigação de áreas concentradas com cultivos de folha de coca.

Portanto, a escolha pela República da Colômbia se justifica por sua particularidade no contexto latino-americano. Há mais de seis décadas, a Colômbia convive com uma guerra civil relacionada sob as mais diversas peculiaridades. Então, trazer para o centro do debate a experiência colombiana com o intuito de evidenciar a ineficiência e algumas consequências do programa de erradicação de cultivos ilícitos voltados para o Plano Colômbia é o objetivo da proposta apresentada. O recorte temporal se dá entre os anos 2000 até 2025.

Como metodologias operacionais serão divulgadas as avaliações feitas por Camacho e Mejía (2013) em que denunciam o impacto de glifosato nas plantações de folha de coca e na produção da cocaína durante as primeiras fases de implementação do Plano Colômbia. Camacho e Mejía (2013) baseiam-se na análise de dados sistematizados do Registro Individual de Prestação de Serviços de Saúde (RISP).

⁴Sobre a relação das FARC com o cultivo de folha de coca ver: http://www.mamacoca.org/feb2002/art_ferro_Farc_y_coca_Caguan_es.html#fnB18

⁵“Até o início dos anos 90, cerca de 2.000 de seus membros foram assassinados por matadores profissionais e paramilitares. A experiência marcou a postura dos remanescentes das FARC e desestimulou posições mais moderadas e de comprometimento com a deposição das armas” (CASTRO, 2009, p. 30).



Esse banco de dados contém consultas médicas entre 2003 a 2007, sendo a fase de operação mais expressiva do Plano Colômbia durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010), com informações sobre as consultas prestadas como a data e o município em que foram realizadas, os diagnósticos das avaliações, a instituição de saúde que prestou o serviço e valor de cada consulta, além do registro dos pacientes atendidos onde continham a idade e o sexo de cada um deles. Os dados da pulverização aérea foram fornecidos pela Polícia Nacional da Colômbia, sendo recolhidos por meio de georreferenciamento localizados nos mesmos planos utilizados nas atividades de pulverização. Também serão utilizados dados disponibilizados sobre as áreas de cultivos da Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (UNODC) e do Escritório de Washington para Assuntos Latino-Americanos (WOLA: sigla em inglês) retirados do jornal colombiano “*El Espectador*”.

Como metodologia teórica, o trabalho dialoga com os conceitos de território, de desterritorialização e de reterritorialização (HAESBAERT, 1994, 1995, 2013), destacando as transformações do território colombiano diante da violência e da concentração fundiária. Desse modo, compreendemos que os deslocamentos forçados se configuram em um processo caótico na qual a população é desenraizada violentamente (RUIZ, 2011).

Será visto também nas discussões que alguns resultados apontam que houve indícios que a pulverização gerou problemas dermatológicos na população exposta, entre os quais estão queimaduras, irritações e vermelhidão na pele. Uma outra correlação entre a pulverização e as diferentes doenças respiratórias está a irritação das vias respiratórias inferiores e até mesmo câncer do pulmão.

Houve casos inclusive de envenenamento em humanos, com sintomas de dor gastrointestinal, vômitos, disfunção pulmonar, destruição de células sanguíneas de glóbulos vermelhos, erosão gastrointestinal, pressão arterial baixa e danos nos rins. Além disso, a exposição à pulverização está associada a problemas de fertilidade e menor concentração de esperma nos homens.

Assim, Camacho e Mejía (2013) indicam que os resultados da erradicação aérea reduzia o cultivo de coca primeiramente através da geração de um deslocamento significativo da população, ou seja, gerado por violência e a interrupção indiscriminada da agricultura em locais com cultivo de coca. A consequência disso foi que os custos sociais e econômicos dos serviços da pulverização não foram considerados e abordados explicitamente pelo governo, e por muito menos pelo Plano Colômbia.



O Plano Colômbia, enquanto um projeto de reposicionamento político-militar dos EUA na América Latina (SANTOS, 2024), ao longo dos 15 anos de sua implementação não levou em consideração os aspectos sociohistóricos do conflito interno colombiano. Com o seu encerramento devido à assinatura do Acordo de Paz de 2016, iniciou-se o processo de dissidências por parte daqueles guerrilheiros que se opuseram em retaliação às formas como estavam se conduzindo os pontos do Acordo.

No ano de 2019 foi formada a “Segunda Marquetalia”, um dos maiores grupos de dissidência das FARC. Em janeiro de 2025, parte dessa dissidência foi surpreendida em um ataque violento da guerrilha do ELN em Catatumbo, no norte do departamento de Santander, na fronteira com a Venezuela, deixando centenas de mortos e milhares de pessoas deslocadas de forma forçada e massiva, além de confinamentos.

Esse violento episódio foi uma das maiores crises humanitárias no país em décadas. O Plano Colômbia não foi o responsável direto por esse evento, mas os (de)feitos de sua execução causaram danos ainda maiores ao conflito interno colombiano como no caso das dissidências e dos deslocamentos forçados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos discursos do Plano Colômbia era ser um programa de erradicação de cultivos de folha de coca e combater os grupos de guerrilha na Colômbia que dominavam parte do narcotráfico internacional. Assim, as principais estratégias para combater a sua produção e narcotráfico foram os serviços de fumigação aérea nos cultivos de coca, a erradicação manual de cultivos ilícitos, o controle de precursores químicos utilizados no processamento de coca, a detecção e destruição de laboratórios para o processamento da folha (cristalizadores) e a apreensão de carregamentos de drogas para o exterior. Dessas estratégias antidrogas, a pulverização aérea de plantações ilícitas foram umas das principais investidas que mais recursos orçamentários foram alocados desde o início do Plano Colômbia.

Sendo assim, os serviços de pulverização aérea de herbicidas contra cultivos ilícitos foram executados por empreiteiros estadunidenses que trabalhavam para empresas como a DynCorp International⁶. Essas empresas usavam pequenos aviões para fumigar plantações de coca com

⁶ Criada em 1946, foi uma empresa privada militar estadunidense que começou como uma empresa de aviação, fornecendo suporte à operações de voo, treinamento e orientação, desenvolvimento internacional, suporte de



substâncias como o *Roundup*, herbicida produzido pela empresa estadunidense Monsanto que desenvolveu e patenteou a molécula de glifosato em 1970 e passando a comercializá-la em 1973.

O glifosato é o princípio ativo desse herbicida que também contém um surfactante, polioxietilenamida (POEA), que ajuda a permitir que o glifosato penetre na planta e a destrua. O objetivo da fumigação com glifosato é inibir a enzima responsável pela síntese dos aminoácidos aromáticos, impedindo assim que a planta permaneça viva. Esta substância é absorvida através da folhagem da planta, sendo apenas eficaz se estiver crescendo, pois a fumigação não é eficaz para prevenir que sementes germinem.

Apesar da grande quantidade de recursos e esforços que foram investidos nessa estratégia antidrogas com o Plano Colômbia, na maioria das avaliações disponibilizadas por Camacho e Mejía (2013), o impacto do glifosato nas plantações de coca e na produção de cocaína indicou que ele apresentou uma baixa (ou nula) eficácia. Os autores argumentam que a área cultivada aumentou apesar dos esforços de erradicação se intensificarem, e que os produtores compensavam a erradicação cultivando coca de forma mais extensiva. Essas evidências sugerem que os incentivos para produzir outros cultivos em substituição ao cultivo da coca podiam ter maior potencial para reduzir a oferta de coca do que erradicação.

Camacho e Mejía (2013) afirmam que o padrão de cultivo de coca na Colômbia após a implementação da primeira fase do Plano Colômbia, entre 2001 e 2005, indicavam que os resultados da erradicação aérea reduzia o cultivo de coca primeiramente através da geração de um deslocamento significativo da população, ou seja, gerado por violência e a interrupção indiscriminada da agricultura em locais com cultivo de coca. A consequência disso foi que os custos sociais e econômicos dos serviços da pulverização não foram considerados e abordados explicitamente pelo governo.

Em outra investigação, Camacho e Mejía (2013) se apoiaram na variação exógena na pulverização aérea que ocorreu após o atrito diplomático entre os governos da Colômbia e do Equador sobre os efeitos negativos que a pulverização na zona fronteira entre estes dois países causava na população e no meio ambiente em território equatoriano. Esse atrito diplomático levou a um compromisso do governo colombiano a não realizar mais campanhas de fumigação aérea de

inteligência, operações de contingência, segurança em operações e manutenção de veículos terrestres. Em 2020, a Dyncorp foi comprada pelo conglomerado “Amentum de serviços de apoio à defesa”, com sede em Germantown, em Maryland. Em 21 de abril de 2021, o nome DynCorp foi extinto e os funcionários e serviços foram transferidos para Amentum.



cultivos ilícitos em uma faixa de 10km dentro do território colombiano e na fronteira com o Equador.

Ao comparar a evolução dos cultivos de coca nessa faixa com os da faixa de 10 km, descobriram que a pulverização aérea reduziu as plantações de coca, mas o efeito, embora estatisticamente significativo, foi bastante pequeno. Na ocasião, Camacho e Mejía (2013) descobriram que cada hectare adicional pulverizado com glifosato reduzia as plantações de coca entre 0,15 e 0,20 hectares em média.

Além de possivelmente não ter sido muito eficaz na redução do cultivo de coca, a pulverização aérea com glifosato pode ter efeitos negativos em diferentes dimensões. Sobre o meio ambiente, o efeito da pulverização também gera desmatamentos, contaminação de fontes de água e diminuição da disponibilidade de alimentos.

Houve problemas também relacionados à fauna, em que associou-se a pulverização com a redução das populações de roedores e insetos, indicando os impactos negativos da pulverização no desenvolvimento fisiológico dos anfíbios. No entanto, alguns estudos indicaram que não foi encontrado atividade residual do glifosato no solo. Prova disso foi que houve uma rápida recuperação das lavouras pulverizadas através do replantio bem-sucedido da coca, nascimento de outras plantas, ou ambos.

Outros estudos apontaram a inconveniência da pulverização do ponto de vista social, onde a pulverização aérea estava relacionada com o aumento do deslocamento forçado (*desplazamiento forzado*) da população, que será visto adiante, e assim os processos de pulverização geraram desconfianças da população civil em relação às instituições governamentais.

Houve indícios também que a pulverização gerou problemas dermatológicos na população exposta, entre as quais estavam queimaduras, irritações e vermelhidão na pele. Uma outra correlação entre a pulverização e as diferentes doenças respiratórias foi a irritação das vias respiratórias inferiores e até mesmo câncer do pulmão. Existiram casos inclusive de envenenamento em humanos, com sintomas de dor gastrointestinal, vômitos, disfunção pulmonar, destruição de células sanguíneas de glóbulos vermelhos, erosão gastrointestinal, pressão arterial baixa e danos nos rins. Além disso, a exposição à pulverização também foi associada à problemas de fertilidade e menor concentração de esperma nos homens.

Outro dado relevante documentado por Camacho e Mejía (2013) foi que o efeito da pulverização causou abortos e más formações no feto. Apontam que os agrotóxicos afetaram a regulação do ciclo embrionário, desenvolvendo o feto de maneira anormal e afirmando que a



exposição ao pesticida antes da gravidez esteve associada á abortos durante o primeiro trimestre de gestação. Eles também indicam que a exposição direta do pai à grandes quantidades de pesticida também esteve associada a um alto risco de morte do bebê, um risco que era ainda maior se a exposição ocorresse durante os três meses anteriores à gestação. Houve denúncias também de casos de anencefalia⁷ ligados à exposição direta da mãe ao pesticida durante o período pré-natal.

Existem ainda pesquisas que encontraram alguns indícios (embora menos) sobre a prevalência de transtornos mentais, como sintomas de depressão, ansiedade, distúrbios neurais, diminuição da sensibilidade ao toque, reflexos de anormalidades e disfunções psicomotoras. Em relação às doenças neurodegenerativas, encontraram evidências de uma possível relação entre exposição à agrotóxicos no trabalho e, conseqüentemente, vir a sofrer de doenças como a de Parkinson e a de Alzheimer.

Mas, adicional a isso, o principal questionamento de Camacho e Mejía (2013) sobre as pulverizações e os seus efeitos causadores com as análises de variáveis apresentadas, é que isso tem relação direta com a pobreza. Em áreas de terras camponesas mais pobres e isoladas houve maior presença de plantações de folha de coca, pulverização com glifosato e maior prevalência de problemas de saúde, com os quais a relação entre essas variáveis pode ser sido adulteradas.

Com base em suas evidências, Camacho e Mejía (2013) chegaram a conclusão que as tentativas para reduzir o cultivo de coca deveriam se concentrar em desenvolver uma infraestrutura pública local e o acesso ao mercado, em conjunto com esforços para reduzir a pobreza e investir em desenvolvimento alternativo.

Logo, os resultados, ligados aos problemas de saúde devido à exposição ao glifosato e aos serviços de pulverização em áreas de cultivos ilícitos, divulgados pelos autores supracitados foram feitos através da utilização da base de dados do Registro Individual de Prestação de Serviços de Saúde (RIPS), contendo registros individuais de consultas, emergências, internações e procedimentos médicos realizados em todas as instituições prestadoras de serviços de saúde na Colômbia.

Este estudo fez uso do banco de dados de consultas médicas entre 2003 a 2007, período o qual se remete ao primeiro mandato do presidente colombiano Álvaro Uribe (2002-2010), onde Plano Colômbia teve a sua fase de operação mais contundente. Desse modo, cada observação do banco de dados continha informações sobre as consultas prestadas como a data e o município em

⁷ É uma má formação rara do tubo neural, caracterizada pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana, proveniente de defeito de fechamento do tubo neural nas primeiras semanas da formação embrionária.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

que foram realizadas, os diagnósticos das avaliações, a instituição de saúde que prestou o serviço e o valor de cada consulta, além do registro dos pacientes atendidos onde continham a idade e o sexo de cada em deles.

Na amostra foi verificado que 1,8% e 5,3% das consultas de diagnóstico dermatológicos e respiratórios podem ter sido causados pela pulverização de glifosato respectivamente. É importante dizer que não foi possível obter informações nem inferir sobre os indivíduos que não frequentaram as consultas médicas durante os seis anos abrangidos pelo período do estudo dos autores. Além disso, foram utilizadas informações de consultas de pré-natal e internações relacionadas à entregas do banco de dados RIPS. Para esta amostra de 2,5 milhões de observações, que corresponderam a mulheres que relataram consulta de pré-natal e/ou parto, 7% delas sofreu um aborto.

Outra característica importante da investigação é relativo às informações sobre os cultivos ilícitos que provêm de imagens de satélite georreferenciadas que foram tomadas uma vez ao ano, nos últimos dias de dezembro devido à nebulosidade. Esses dados puderam ser encontrados à nível municipal e anual, em que foi medido a número de hectares cultivados com coca no final de cada ano entre 2003 a 2007.

Os dados da pulverização aérea foram fornecidos pela Polícia Nacional da Colômbia, sendo recolhidos por meio de georreferenciamento localizados nos mesmos planos utilizados nas atividades de pulverização. Mais precisamente, quando uma aeronave estava em atividade de pulverização e a válvula se abria para realizar essa pulverização, um dispositivo gravava e registrava a coordenada geográfica, e a mesma coisa acontecia quando a válvula se fechava. Com isso, ficava registrada uma linha ou traço da pulverização, que posteriormente era processado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) para calcular o número de hectares pulverizados em cada área.

Já os dados de erradicação manual foram coletados por uma equipe do governo colombiano chamada de Grupos Móveis de Erradicação, que levavam consigo dispositivos de rastreamento por satélite que permitia fazer uma localização bastante precisa dos locais onde eram realizados os trabalhos de erradicação manual e media a área e as parcelas de coca destruída. Tanto os dados de pulverização aérea quanto os dados de erradicação manual eram à nível municipal e foram realizadas diariamente.

O gráfico 01 apresenta uma cronologia entre 1994 a 2015, onde é possível atentar para o número de hectares de fumigação, erradicação manual e cultivos de coca. Entre 2002, início do Plano Colômbia, e 2008, ano de crise global, as atividades de fumigação ficaram quase que nos



mesmos níveis, com exceção para o ano 2006. Enquanto também houveram aumentos tanto na erradicação manual e quanto nos cultivos de coca. Este último começa a ter uma redução brusca desde 2007 até o ano de 2012 devido às políticas de combate de Uribe.

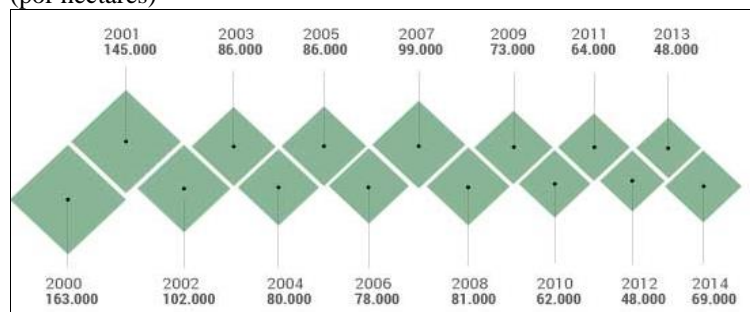
Gráfico 01: Cultivos de coca, fumigação e erradicação manual na Colômbia (1994-2015)



Fonte: WOLA e UNODC⁸.

O gráfico 02, que é uma espécie de censo sobre os cultivos de coca no país entre 2000 e 2014, podemos ver que, apesar dos esforços para a erradicação da coca, os cultivos se mantiveram praticamente estáveis entre 2003 e 2006, atingindo seu maior ápice no ano de 2007, mas bem abaixo dos números em relação aos anos 2000 e 2001.

Gráfico 02: Censo de cultivos de coca na Colômbia entre 2000 e 2014 (por hectares)



Fonte: WOLA e UNODC⁹.

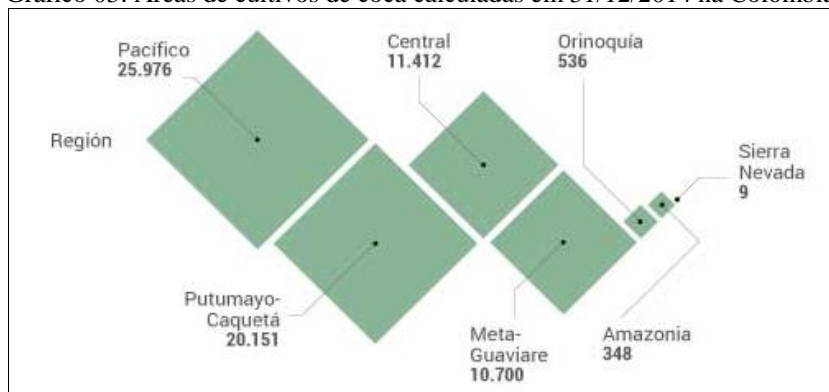
No gráfico 03, temos as regiões onde houve o maior acúmulo de cultivos de coca na Colômbia no último dia do ano de 2014 e com somas que chegam a cifras de mais de 69.000 hectares. A região do Pacífico (25.976 hec.) absorve grande parte desse tipo de cultivo, seguida pelas regiões de Putumayo e Caquetá (20.151 hec.).

⁸ Retirado de reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.

⁹ Retirado de reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.



Gráfico 03: Áreas de cultivos de coca calculadas em 31/12/2014 na Colômbia



Fonte: WOLA e UNODC¹⁰.

A figura 01 nos mostra a movimentação do cultivo de coca na Colômbia entre os anos de 2011 e 2020. De acordo com a densidade dos cultivos medida em hectares por quilômetro quadrado, em 2020 continuou a tendência à formação de núcleos com alta concentração de plantio, representados em enclaves produtivos principalmente em áreas fronteiriças com Equador e Venezuela e departamentos como Catatumbo, Putumayo e Nariño, bem como na zona central do país, como Bajo Cauca e Bolívar.

Na legenda da figura 01, onde leia-se “*afectado permanentemente*” quer dizer que são territórios que apresentaram cultivos de coca de forma contínua nos últimos dez anos; “*afectado recientemente*” são aqueles onde os cultivos apareceram pela primeira vez nos últimos três anos; “*afectado intermitentemente*” são os que apresentaram cultivos de forma ininterrupta desde 2010; e “*abandonado*” são os territórios que não apresentaram cultivos de coca nos últimos três anos.

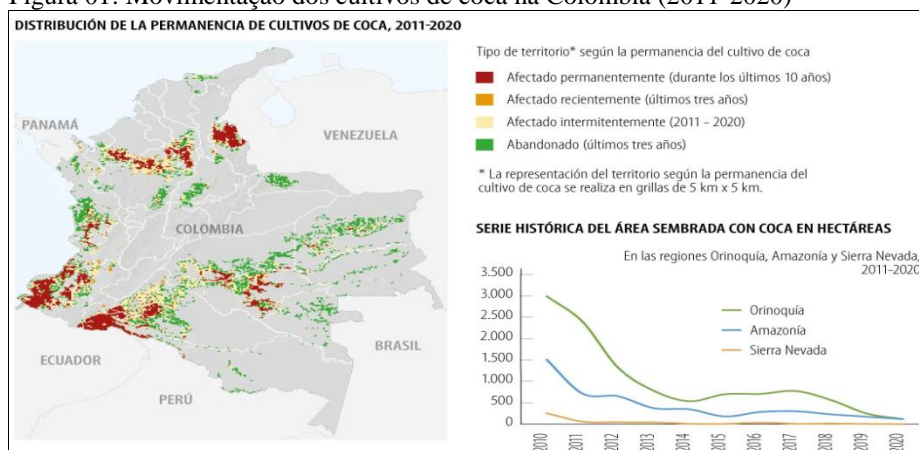
Segundo informações do Observatório de Direito Ambiental da Universidade Externado da Colômbia, a fumigação foi suspensa pela Corte Constitucional em 2017 até que o governo cumprisse seis orçamentos que garantiriam a proteção do meio ambiente e a saúde das comunidades. Em 2021, depois de quatro anos da suspensão, o governo nacional decidiu retomá-la¹¹.

¹⁰ Retirado de reportagem do jornal *El Espectador* do dia 4/2/2016.

¹¹ Sobre os orçamentos são eles: 1) Determinar que na estrutura do Programa de Erradicação de Cultivos Ilícitos por Pulverização Aérea com Glifosato ou dos programas que o substituísem, fossem incorporadas garantias reais de proteção à saúde; 2) o risco da atividade deveria ser continuamente avaliado; 3) o processo de tomada de decisão inclui uma revisão automática das decisões. Se fossem alertados novos riscos que possam advir de diferentes entidades, sem decisão fundamentada pelo Conselho Nacional de Entorpecentes (CNE), a atividade deve ser automaticamente suspensa; 4) a investigação realizada deve ter garantias de imparcialidade; 5) no âmbito do programa de erradicação, deveriam ser estabelecidos procedimentos abrangentes; 6) as decisões tomadas no âmbito desse processo de decisão deveriam ser baseadas em evidências objetivas e conclusivas. Ver mais em: <https://medioambiente.uexternado.edu.co/glifosato-erradicador-de-ambiente-salud-y-cultivos-ilicitos/>



Figura 01: Movimentação dos cultivos de coca na Colômbia (2011-2020)



Fonte: SIMCI e UNODC¹².

De fato, a pulverização com glifosato é uma das contradições do Plano Colômbia, pois, como verificado, a Colômbia continua sendo um dos principais países produtores e exportadores de cocaína no mundo e os mercados consumidores preferidos são os mesmos, ainda que tenha tido uma redução dos cultivos ilícitos.

Contudo, os números publicados mascaram uma drástica realidade da crise humanitária que tem sido provocada pelo fenômeno das migrações no território colombiano. E, em grande parte, o conflito armado igualmente é responsável por esses deslocamentos forçados. As implicações vão desde a perda de direitos sociais, terras abandonadas por camponeses e reapropriadas por paramilitares ou guerrilheiros até o grande número de trabalhadores rurais que se deslocam, alguns indo em direção para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e sua reinserção na sociedade.

O desenraizamento de quase quatro milhões de pessoas exiladas dentro do território nacional¹³ é uma das consequências mais notáveis do conflito interno que vive a Colômbia por mais de seis décadas. Sendo uma migração forçada, em que muitas vezes a vida da população está em

¹² Retirado de: <https://www.larepublica.co/economia/los-cinco-departamentos-que-concentran-la-produccion-de-cocaina-segun-la-unodc-3452425>

¹³ Na Colômbia, falta um sistema de informação que mostre as tendências da mobilidade interna. O conflito social, político e militar que o país vive é o contexto em torno do deslocamento forçado, o que restringe ainda mais a obtenção da informação. Aqueles que estão relacionados com o tratamento do problema têm diferentes formas de analisá-lo, valorizá-lo, tratá-lo e construir alternativas; suas respostas correspondem às conotações políticas de cada um. Três atores são identificados que estão constantemente presentes: as comunidades e as populações diretamente afetadas, organizações não governamentais nacionais e internacionais, organizações ou instituições internacionais e governamentais responsáveis por planejar, desenhar e executar políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Atualmente, tanto a base de informações do Registro Único de População Deslocada (RUPD) quanto as organizações sem fins lucrativos funcionários do governo estimam a população afetada pelo deslocamento em cerca de 4 milhões; algumas fontes até o consideram superior. (RUIZ, 2011, p 163. Tradução nossa).



perigo, os movimentos não são planejados. É um processo caótico em que a população é desenraizada violentamente (RUIZ, 2011).

Ruiz (2011), ao fazer uma revisão histórica sobre os deslocamentos forçados na Colômbia através de estudos urbanos e demográficos, denuncia que a migração forçada é um movimento de curta distância que aumenta as condições de pobreza dos afetados e ocorre com maior intensidade em territórios estratégicos, principalmente os que detêm grande riqueza natural ou naqueles com alguma importância geopolítica notável, sejam aqueles onde se situam na zona central do país, sendo o mais desenvolvido, ou em territórios fronteiriços com grandes interesses geopolíticos e econômicos.

Essas migrações antecedem, e muito, o período do Plano Colômbia. Sendo assim, cabe mencionar que os deslocamentos forçados não são unicamente resultados da presença de grupos armados, mas está ligada à posse da terra e as propensões de grandes proprietários de terras e das classes dominantes. Para Ruiz (2011):

... a violência é uma ferramenta que facilita a expropriação da terra para alocá-la em maior medida à exploração extensiva pecuária e, em menor escala, a produção industrial, comércio e construção de macroprojetos de infraestrutura. Assim, estabelecem uma relação entre deslocamento, violência e apropriação de terras como consequência do exercício da violência sobre a população rural (p. 143. Tradução nossa).

A Colômbia lhe corresponde a uma das taxas mais altas de migrações internas no mundo, compartilhando essa triste realidade com a República Democrática do Congo, Sudão, Afeganistão, Iraque e Palestina. A evolução da acumulação da propriedade da terra coincide com a intensificação do deslocamento forçado. A estratégia para a maior concentração da propriedade rural tem sido o deslocamento forçado. O abandono forçado da terra por parte da população é determinada pelas forças de expulsão, segundo Ruiz (2011). Assim, as maiores motivações para a mudança estão no local de origem e não nas atrações que os locais de origem poderiam oferecer na chegada.

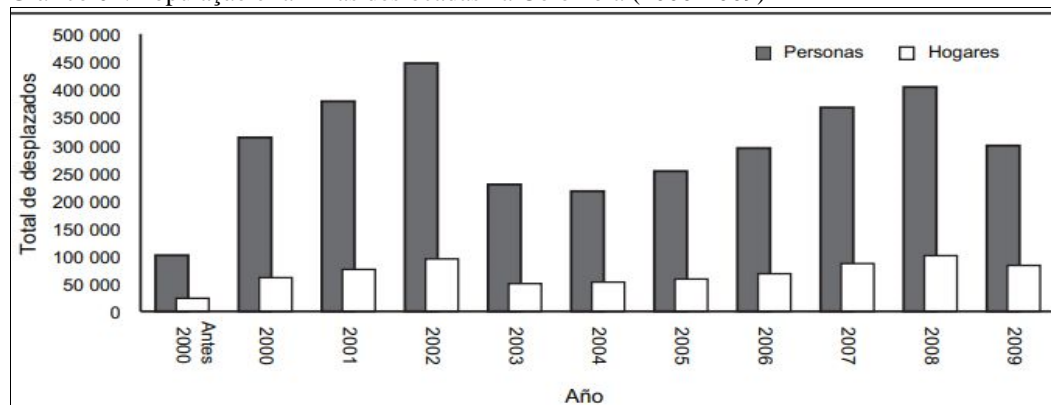
No gráfico 04, se observa o deslocamento forçado por volumes de pessoas (*personas*) e famílias (*hogares*) afetadas entre 2000 e 2009. O deslocamento forçado, durante esses anos, apresentou flutuações e picos críticos: em 2002 foram mais de 450.000 de pessoas deslocadas. O processo mostra um certo declínio nos anos posteriores, quando chegou a superar 400.000 em 2008. Essa é uma condição permanente e contínua de expulsão e expropriação. Conforme apontado por Ruiz (2011, p. 164), em termos demográficos, esses movimentos migratórios de caráter forçado têm rostos feminino e infantil.

O deslocamento forçado afeta de maneira significativa a vida da população colombiana, incrementado pelas condições da pobreza urbana e da segregação socioespacial em grandes e



médias cidades; também aumentou a pobreza e despovoamento rural que determinou uma nova geografia e organização espacial em todo o território nacional.

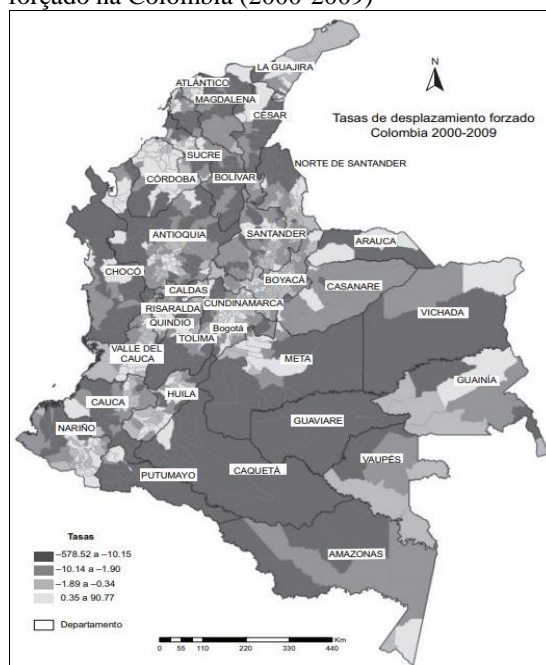
Gráfico 04: População e famílias deslocadas na Colômbia (2000-2009)



Fonte: Ruiz (2011).

A figura 02 mostra as taxas médias anuais de perda ou ganho de população atribuída à migração interna por deslocamento forçado entre 2000 e 2009. Podemos verificar que as maiores taxas no período referido estão ao sul da Colômbia como Putumayo, Caquetá e Guaviare, e também houve forte deslocamentos na parte leste como Meta, Arauca e Vichada.

Figura 02: Localização geográfica de deslocamento forçado na Colômbia (2000-2009)



Fonte: RUPD¹⁴.

¹⁴ Retirado de Ruiz (2011).

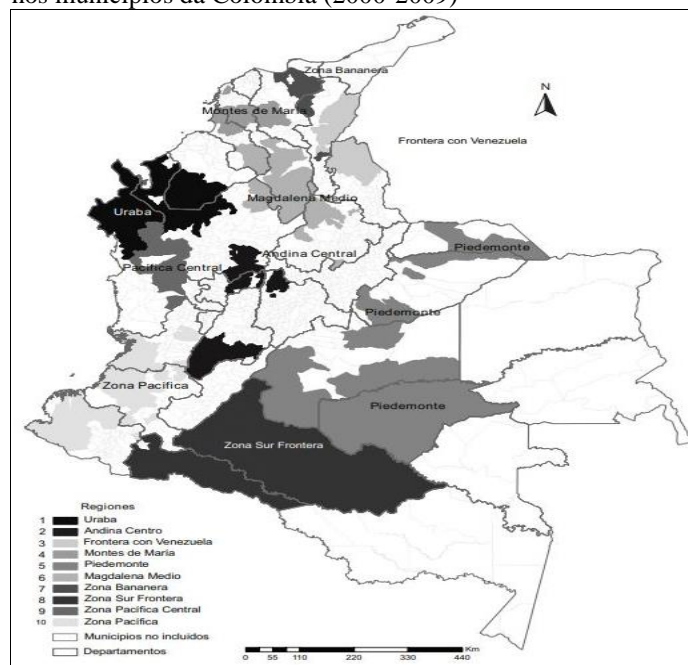


A figura 03 mostra as regiões emergentes de maior expulsão da população nos municípios colombianos entre 2000 e 2009. Assim, percebe-se que outra medida ao efeito da migração devido ao deslocamento forçado é romper os limites político-administrativos dos municípios e se espalhar por extensas regiões que compartilham suas características econômica, social ou geográfica.

Entre os anos citados, os departamentos de Putumayo, Caquetá (*zona sur frontera*), Chocó, Urabá, Antioquia, Córdoba e Huila apresentaram as mais altas taxas de expulsão entre os municípios da Colômbia. Os departamentos mencionados foram historicamente, em parte, controlados pelos grupos armados.

No entanto, mesmo com as considerações feitas, esse fenômeno dos deslocamentos forçados necessita ainda de algumas observações a serem abordadas do ponto vista territorial, já que acreditamos que não se trata apenas de um desenraizamento violento como relatado por Ruiz (2011). Assim, Haesbaert (1994, p. 214) afirma que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”.

Figura 03: Regiões emergentes com as mais altas taxas de expulsão nos municípios da Colômbia (2000-2009)



Fonte: RUPD¹⁵. Retirado de: Ruiz (2011).

¹⁵ Retirado de Ruiz (2011).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Assim, o território, em qualquer sentido tem a ver com poder, mas não apenas ao “poder político”, e sim também ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. O território, mergulhado tanto em relações de dominação como em apropriações sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004 e 2005).

Logo, o território, em seus diferentes rearranjos, ao mesmo tempo funcional e simbólico, exerce domínio sobre o espaço para realizar “funções” e produzir “significados”. O território é funcional a medida que o é usado como “recurso”, seja para proteção ou abrigo, ou como fonte de “recurso naturais” e “matérias-primas”. Assim, “para os ‘homogeneizados’, o território adquire um caráter com volumes iguais de funcionalidade (‘recurso’) e identidade (‘símbolo’). (...) Nesse caso, o território não se refere apenas à função ou ao ter, mas sim ao ser” (*id ibdem*, 2005, p. 6776-6777).

O que queremos dizer é que o território ocupado pela população do campo, digo em relação às populações camponesa, indígena e afrodescendente da Colômbia, é atribuído a um sentimento identitário, de pertencimento, em que suas funções e uso da terra não estão diretamente ligadas ao valor de venda e/ou troca como mercadoria, mas como uma forma para garantir sua própria subsistência, isto é, “o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (*id ibdem*, 2004, p. 360).

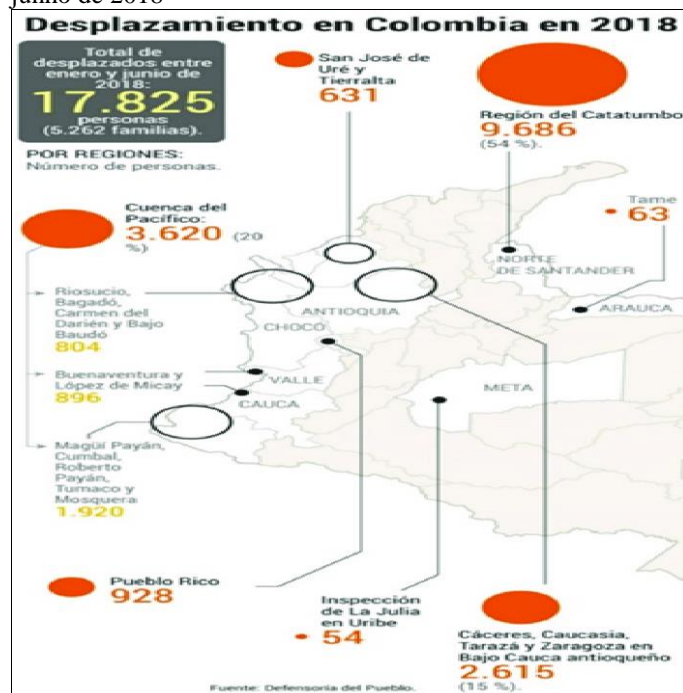
Levando isso em consideração, com a expulsão dos camponeses de seus territórios, esses deslocamentos forçados se encaixam no que Haesbaert (1995) denomina de “aglomerados de exclusão” que:

seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica. A desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes produz assim anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes (p. 193).

Como pode ser apurado na figura 04, somente no primeiro semestre de 2018, mais de 17.800 pessoas e 5.200 famílias tiveram suas terras e direitos arrancados pela obrigação de migrarem de maneira violenta e massiva no território colombiano.



Figura 04: Deslocamentos forçados na Colômbia entre janeiro e junho de 2018



Fonte: Defensoría del Pueblo¹⁶.

A região de Catatumbo, no departamento de Norte de Santander e ao norte da Colômbia, área cocaleira e de fronteira com a Venezuela, absorve o maior percentual em relação a esses números, com 54%, cerca de quase 9.700 indivíduos deslocados no período. No mesmo departamento, no ano de 2019, foram deslocadas cerca de 8.400 pessoas¹⁷. Voltaremos a falar de Catatumbo mais adiante.

Aqui é importante salientar que os deslocamentos forçados de 2018 e 2019 que estamos denunciando não são oriundos diretos da erradicação do Plano Colômbia, já que se deu por encerrado no ano de 2015. Porém, os 15 anos de vigência do Plano não foram capazes de diminuir as plantações de cultivos (considerados) ilícitos, tão pouco abater o “narcoterrorismo” e, por muito menos, as guerrilhas armadas. Isso acaba por desvendar alguns dos seus (de)feitos. E desses (de)feitos surgiram outros (de)feitos como a formação de grupos de dissidências em inconformidade com o andamento do Acordo de Paz de 2016 onde os deslocamentos forçados não cessaram.

¹⁶Ver: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-3-DESPLAZAMIENTO-INTERNO-EN-COLOMBIA-2018_fig3_334222868

¹⁷Ver em: <https://rutasdelconflicto.com/notas/el-desplazamiento-forzado-colombia-no-solo-les-ha-arrebatado-el-territorio-las-victimas>



Não é nossa intenção discorrer sobre as dissidências armadas. Mas fato é que no ano de 2019 foi formada a “Segunda Marquetalia”¹⁸, um dos maiores grupos de dissidência das FARC. E em janeiro de 2025, dez anos após o fim do Plano Colômbia, parte dessa dissidência (Frente 33) foi surpreendida em um ataque violento da guerrilha do ELN em Catatumbo, no norte do departamento de Santander, na fronteira com a Venezuela, deixando mais de 100 mortos e 60.000 pessoas foram deslocadas de forma forçada e massiva, além de 20.000 civis confinados em suas residências¹⁹.

Isso marca um ponto de virada na longa história de deslocamento forçado na Colômbia, sendo o maior evento de deslocamento forçado em quase 30 anos de registros oficiais como podemos observar no gráfico 05. Os dados sobre Catatumbo na época da reportagem do jornal “*El País*” estavam aproximados.

Gráfico 05: O deslocamento forçado de Catatumbo diante dos 10 maiores eventos massivos registrados desde 1997 (Reportagem *El País* do dia 26/01/2025)

EL PAÍS		América Colombia	
Lugar	Departamento	Fecha	Víctimas
Catatumbo	Norte De Santander	18 de Enero de 2025	40.000
El Charco	Nariño	18 de Marzo de 2007	11.672
Riosucio	Chocó	17 de Octubre de 1997	9.434
Santa Marta	Magdalena	9 de Febrero de 2002	9.401
Riosucio	Chocó	19 de Abril de 1997	9.216
Bojayá	Chocó	10 de Mayo de 2002	6.743
Peque	Chocó	7 de Julio de 2001	6.654
Convención	Norte De Santander	11 de Enero de 2002	6.255
Santa Marta	Magdalena	19 de Enero de 2002	6.194
Anorí	Chocó	23 de Enero de 2011	5.102
Buenaventura	Valle Del Cauca	30 de Agosto de 2003	4.960

Fonte: Registro Único de Víctimas (RUV).

Catatumbo trata-se de um território com mais de 4.800km² próximo à fronteira com a Venezuela, onde predominam florestas e selvas, além de uma grande variedade climática. Essa condição a torna uma região muito atraente como corredor estratégico e rota de mobilidade para os

¹⁸ Marquetalia, localizado no departamento de Tolima, foi o local de origem da formação das FARC no ano de 1964. Sobre a formação da “Segunda Marquetalia” ver: <https://ideaspaz.org/publicaciones/investigaciones-analisis/2021-07/segunda-marquetalia-disidencias-rearmados-y-un-futuro-incierto>

¹⁹ Reportagem do *El País* do dia 26/01/2025: https://elpais.com/america-colombia/2025-01-26/el-catatumbo-marca-un-record-en-la-larga-historia-del-desplazamiento-forzado-en-colombia.html?event_log=go&event_log=go



grupos armados e, em termos geográficos, permite que o norte do país se conecte com a Venezuela. Portanto, quem controla boa parte de Catatumbo tem grande chances de dominar a fronteira Colômbia-Venezuela e o norte colombiano.

Catatumbo também é um dos mais importantes enclaves de cultivo de coca do país e nos últimos anos ultrapassou a produção de cocaína de outras regiões como Nariño ou Putumayo. Segundo um relatório da ONU de 2024 estima-se que a região possuía pelo menos 43.000 hectares de cultivo de folha de coca em 2023. No Norte de Santander, onde esta região está localizada, e outros três departamentos do país são os únicos com mais de 30.000 hectares dessa cultura²⁰. Tudo indica que os acontecimentos em Catatumbo irão moldar o debate sobre segurança e paz na Colômbia, pouco mais de um ano antes das novas eleições presidenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Plano Colômbia não foi o propulsor direto dos deslocamentos forçados na Colômbia. Mas podemos admitir que suas ações militares, juntamente com o uso de glifosato na erradicação de cultivos ilícitos, implicou em mais consequências sobre essa situação, assim como a do próprio conflito interno colombiano.

A partir de uma abordagem territorial dos contextos do conflito interno colombiano, vemos a dimensão simbólica quanto as representações, imaginários e valores dos diversos tipos de populações e grupos que se vinculam a sua identidade coletiva através de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Por sua vez, por exemplo, o processo de retorno de uma comunidade que foi desenraizada violentamente de seu território alguns anos antes, implica a sua reterritorialização em meio à violência vivida no mesmo espaço e à memória de vida prevista para ser constituída ali, somadas as novas dinâmicas econômicas, sociais e institucionais que produzem o território logo após o retorno.

Podemos perceber como o conflito armado na Colômbia transforma o território quando obriga suas populações a abandonarem suas terras, implicando em um processo de desterritorialização que, simultaneamente, leva a uma territorialização nos diferentes lugares de destino (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* HAESBAERT, 2013).

Como visto, umas das implicações no conflito interno colombiano são os cultivos de coca em regiões onde as possibilidades de comercializar outros produtos são escassas, no qual está

²⁰ Ver em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cwyev560zgxo>



relacionado aos contextos onde as guerrilhas conseguiram posicionar seu poder no território a nível social, econômico e político (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* VÁZQUÉZ, 2014 e NARVÁEZ, 2018).

Ao impor ao campesino a obrigação de plantar a coca, se altera sua relação com a terra, passa de práticas territoriais associadas ao cultivo de diversos alimentos relacionados ao seu estilo de vida, a uma relação instrumental com esse tipo de produto. Isso se configura em uma desterritorialização sem deslocamento (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021), pois são impostas aos campesinos novas lógicas territoriais sem a necessidade de se deslocarem.

Porém, algumas comunidades organizadas também têm realizado ações para resignificar seus territórios para desligá-los do sentimento de dor e sofrimento que deixaram marcas violentas, e começaram a dotá-los de um novo sentido mais associado à sobrevivência, à dignidade de suas vítimas através da memória e uma ação social solidária apartada da violência, sendo assim reconhecidos como comunidades ou territórios de paz (*ibidem*, 2021).

Uma dessas iniciativas para dotar de significados diferentes os seus territórios, marcados pela violência e o medo, são as denominadas *ciudadanías comunicativas* no setor rural na cidade de Medellín. Estas podem ser entendidas pela capacidade coletiva dos cidadãos para expressar suas demandas ou reivindicações sociais através de ações simbólicas na esfera pública e nos contextos marcados pelo conflito armado com o propósito de resguardar as memórias das vítimas e denunciar as injustiças (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* TAMAYO; NAVARRO, 2017).

Muitas comunidades que foram vítimas do conflito armado colombiano buscam defender seus territórios não apenas dos grupos armados, mas também dos projetos impulsionados por empresas privadas e pelo Estado que representam grandes riscos ambientais, econômicos e socioespaciais.

De acordo com os anteriores, outra vez mais apoiados em Bedoya (2019) e agora pensando na ideia de uma política agrária para a Colômbia, que também se estabelece como um dos principais desafios a ser consolidado na perspectiva do Acordo de Paz de 2016, deve seguir três linhas de ação: 1) reconfigurar o modelo que coloque no centro das atenções camponeses, jovens e mulheres rurais; 2) repensar a ocupação e o uso do território a partir de um novo reordenamento do mesmo; e 3) revisar a estrutura de posse de terra desde um enfoque do desenvolvimento humano e de igualdade (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021, p. 225).

Compreender esses desafios que representa a complexa realidade colombiana atual e as implicações institucional e social do Acordo de Paz de 2016 significa ser um dos passos para a



construção de uma sociedade que possa tramitar suas diferenças de forma não violenta e para, dessa modo, contribuir à justiça social e territorial na Colômbia. Isto inclui a participação cidadã no cenário das políticas públicas nos territórios e uma revisão da estrutura de organização territorial nas distintas escalas do Estado.

Palavras-chave: território, desterritorialização, reterritorialização, deslocamentos forçados, Plano Colômbia, conflito interno colombiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO, A. e MEJÍA, D. Consecuencias de la aspersión aérea en la salud: Evidencia desde el caso colombiano. Bogotá: Uniandes, 2013.

CASTRO, A. D. A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Cap. I., 2009.

HAESBAERT, R. . O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, p. 206-214, 1994.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1995.

ROJAS-GRANADA, C.; CUESTA-BORJA, R. Los estudios sobre el conflicto armado y la construcción de paz en Colombia desde una perspectiva territorial: abordajes y desafíos. Revista CS, 33, 205-235, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/recs.i33.3995>

RUIZ, N. El desplazamiento forzado en Colombia: una revisión histórica y demográfica. Estudios Demográficos y Urbanos. Vol. 26, nº. 1 (76), p. 141-177, 2011.

SANTOS, D. A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano. Dissertação de mestrado. FFP/UERJ – Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 240 p., 2024.